



TotalEnergies Maral
Participações S.A.
(Anteriormente denominada
"Eren Maral Participações S.A.")

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
TotalEnergies Maral Participações S.A.
(Anteriormente denominada
"Eren Maral Participações S.A.")

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da TotalEnergies Maral Participações S.A. (anteriormente denominada "Eren Maral Participações S.A.") ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



TotalEnergies Maral Participações S.A.
(Anteriormente denominada
"Eren Maral Participações S.A.")

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.



TotalEnergies Maral Participações S.A.
(Anteriormente denominada
"Eren Maral Participações S.A.")

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 18 de maio de 2026

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by
Daniel Rodrigues de Oliveira
Atestado por: DANIEL RODRIGUES DE OLIVEIRA 31574423843
CPF: 31574423843
Data Hora da Assinatura: 18 de maio de 2026 11:54 BRT
O: KCP-Brazil, OU: Certificado Digital PF A1
C: BR
Email: AC SyngasterID Multiple
C=BR, CN=DANIEL RODRIGUES DE OLIVEIRA

Daniel Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP247874/O-3

Conteúdo

Balanços patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado.....	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	13
1 Contexto operacional.....	13
2 Base de preparação e políticas contábeis materiais	13
3 Gerenciamento de riscos	24
4 Caixa e equivalentes de caixa.....	25
5 Aplicações financeiras vinculadas (Consolidado)	25
6 Contas a receber de clientes (Consolidado)	26
7 Imobilizado (Consolidado)	26
8 Intangível (Consolidado).....	26
9 Investimentos (Controladora).....	27
10 Empréstimos e financiamentos (Consolidado).....	29
11 Comissões de fianças a pagar (Consolidado)	30
12 Provisão de desmobilização (Consolidado).....	30
13 Outras contas a pagar (Consolidado)	31
14 Patrimônio líquido	31
15 Receita líquida de vendas (Consolidado).....	32
16 Custos operacionais (Consolidado).....	32
17 Despesas gerais ou administrativas.....	32
18 Resultado financeiro.....	33
19 Partes relacionadas.....	33
20 Instrumentos financeiros	34
21 Imposto de renda e contribuição social corrente (Consolidado).....	36
22 Contingências	36

Balancos patrimoniais

Consolidado					Controladora		
		31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	01/01/2024 (Reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	01/01/2024 (Reapresentado)
Ativo	Nota						
Caixa e equivalentes de caixa	4	47.765	46.800	46.138	739	10	202
Contas a receber de clientes	6	5.244	5.090	4.711	—	—	—
Dividendos a receber	19	—	—	—	70	—	—
Impostos a recuperar		3	63	73	3	61	72
Outros créditos		2.598	3.201	2.908	—	—	—
Total do Ativo Circulante		55.610	55.154	53.830	812	71	274
Aplicações financeiras vinculadas	5	6.094	5.473	—	—	—	—
Outros créditos		—	224	—	—	—	—
Realizável a longo prazo		6.094	5.697	—	—	—	—
Imobilizado	7	272.744	284.591	300.596	—	—	—
Intangível	8	11.907	12.912	13.329	21	29	4
Ágio	9	31.297	31.297	31.297	31.297	31.297	31.297
Investimento	9	—	—	—	162.000	167.730	172.263
		315.948	328.800	345.222	193.318	199.056	203.564
Total do Ativo Não Circulante		322.042	334.497	345.222	193.318	199.056	203.564
Total do Ativo		377.652	389.651	399.052	194.130	199.127	203.838

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TotalEnergies Maral Participações S.A.
Balancos Patrimoniais
em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	Consolidado			Controladora		
		31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	01/01/2024 (Reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	01/01/2024 (Reapresentado)
Fornecedores		1.572	1.557	976	—	23	2
Empréstimos e financiamentos	10	6.503	4.953	4.770	—	—	—
Comissões de fianças a pagar	11	2.880	3.190	3.196	—	—	—
Partes relacionadas - outras contas a pagar	19	40	20	60	40	20	—
Obrigações fiscais		418	458	388	1	2	—
Imposto de renda e contribuição social	21	526	530	653	—	—	—
Obrigações trabalhistas		81	94	43	—	—	—
Outras contas a pagar	13	9.646	7.536	—	—	—	—
Total do Passivo Circulante		21.666	18.338	10.086	41	45	2
Empréstimos e financiamentos	10	140.439	147.394	156.413	—	—	—
Comissões de fianças a pagar	11	16.740	20.666	23.856	—	—	—
Provisão de desmobilização	12	4.718	4.171	3.688	—	—	—
Outras contas a pagar		—	—	1.173	—	—	—
Total do Passivo Não circulante		161.897	172.231	185.130	—	—	—
Total do Passivo		183.563	190.569	195.216	41	45	2
Patrimônio líquido	14						
Capital social		195.821	195.821	195.821	195.821	195.821	195.821
Reserva legal		—	2.573	2.573	—	2.573	2.573
Reserva de lucros a distribuir		—	688	5.442	—	688	5.442
Prejuízos acumulados		(1.732)	—	—	(1.732)	—	—
Total do Patrimônio Líquido		194.089	199.082	203.836	194.089	199.082	203.836
Total do Passivo e Patrimônio líquido		377.652	389.651	399.052	194.130	199.127	203.838

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Receita líquida operacional	15	36.479	38.267	—	—
Custos operacionais	16	(30.076)	(31.847)	—	—
Lucro bruto		6.403	6.420	—	—
Despesas gerais ou administrativas	17	(1.113)	(2.274)	(73)	(221)
Outras receitas (despesas) operacionais		71	1.344	1	(2)
Despesas operacionais		(1.042)	(930)	(72)	(223)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		5.361	5.490	(72)	(223)
Receitas financeiras	18	6.662	4.452	27	5
Despesas financeiras	18	(13.340)	(12.309)	(2)	(2)
Resultado financeiro		(6.678)	(7.857)	25	3
Resultado de equivalência patrimonial	9	—	—	(4.946)	(4.966)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(1.317)	(2.367)	(4.993)	(5.186)
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	(3.676)	(2.819)	—	—
Prejuízo do exercício		(4.993)	(5.186)	(4.993)	(5.186)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado abrangente

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Prejuízo do exercício	(4.993)	(5.186)	(4.993)	(5.186)
Outros resultados abrangentes - ORA	—	—	—	—
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	—	—	—	—
Resultado abrangente total	(4.993)	(5.186)	(4.993)	(5.186)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros a distribuir	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		195.821	2.573	5.874	—	204.268
Ajustes de exercícios anteriores				(598)	598	
Prejuízo do exercício		—	—	—	(5.186)	(5.186)
Destinação do Lucro						
Absorção de prejuízos	14	—	—	(4.588)	4.588	—
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)		195.821	2.573	688	—	199.082
Prejuízo do exercício		—	—	—	(4.993)	(4.993)
Destinação do Lucro						
Reserva legal	14	—	(2.573)	—	2.573	—
Reserva de lucros a distribuir	14	—	—	(688)	688	—
Saldos em 31 de dezembro de 2025		195.821	—	—	(1.732)	194.089

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Consolidado			Controladora	
Nota	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(4.993)	(5.186)	(4.993)	(5.186)
Ajustes para:				
Depreciação	7	14.032	16.079	—
Amortização Intangível		998	504	8
Apropriação de apólices de seguros		—	816	—
Equivalência patrimonial	9	—	4.946	4.966
Juros sobre empréstimos e financiamentos	10	10.043	10.872	—
Juros sobre provisão de desmobilização	18	547	483	—
Rendimento de aplicações	5	(726)	(4.446)	—
Apropriação do custo de captação	10	7.098	1.362	—
Imposto de renda e contribuição social	21	3.676	—	—
Outros		896	—	—
	31.571	20.484	(39)	(220)
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(154)	(379)	—	—
Outros créditos	37	60	(70)	10
Impostos a recuperar	60	—	58	—
Despesas antecipadas	—	(1.382)	—	20
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar	20	(60)	20	—
Fornecedores	15	581	(23)	21
Obrigações trabalhistas	(13)	50	—	—
Obrigações fiscais	(1.337)	2.203	(1)	2
Outras contas a pagar	2.115	6.383	—	(25)
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	28.079	27.940	(55)	(192)

TotalEnergies Maral Participações S.A.
Demonstrações dos Fluxos de Caixa
em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Impostos pagos sobre o lucro	21	(2.383)	(2.256)	—	—
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		25.696	25.684	(55)	(192)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras	5	—	(1.027)	—	—
Dividendos recebidos	9	—	—	784	—
Aquisição de imobilizado	7	(2.185)	(74)	—	—
Aquisição de intangível		—	(87)	—	—
Fluxo de caixa líquido utilizado nas (proveniente das) atividades de investimento		(2.185)	(1.188)	784	—
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamentos de principal - empréstimos e financiamentos	10	(8.407)	(7.881)	—	—
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	10	(10.445)	(11.192)	—	—
Custo de captação - empréstimos e financiamentos	10	(3.694)	(4.761)	—	—
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(22.546)	(23.834)	—	—
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		965	662	729	(192)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	46.800	46.138	10	202
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	47.765	46.800	739	10
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		965	662	729	(192)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Contexto operacional

A TotalEnergies Maral Participações S.A. (“Companhia”), anteriormente denominada “Eren Maral Participações S.A.”, foi constituída em 04 de junho de 2019 e tem como objeto social participar como acionista do capital social de sociedades que atuem em empreendimentos no setor de energia renovável. Suas controladas têm por objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração dos empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica denominado EOL Filgueiras I e II e a comercialização de energia solar.

2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 18 de maio de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A Administração não efetua julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas, que podem apresentar efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025, estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **2.9 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados, Consolidado)** – vida útil do ativo imobilizado: determinar a expectativa de vida útil dos equipamentos e componentes do empreendimento, conforme relatório de consultoria especializada.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Administração usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes, conforme disposições do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

As entidades são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controlada e controladora são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis da controlada são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as informações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e suas controladas, listada a seguir:

Controladas	Empreendimentos	Localização	Data de constituição	Status	Tipo de investimento		% do Capital Social	
					31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
EOL Maral I SPE S.A.	EOL Filgueiras I	Areia Branca (RN)	03 de abril de 2019	Operacional	Controlada	Controlada	100%	100%
EOL Maral II SPE S.A.	EOL Filgueiras II	Areia Branca (RN)	03 de abril de 2019	Operacional	Controlada	Controlada	100%	100%

Nas informações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações *intercompany*, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações *intercompany*, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

2.6 Reapresentação das cifras comparativas

Durante o exercício de 2025, a Companhia revisou sua metodologia de contabilização de custos de transação, especificamente no que tange às fianças bancárias atreladas aos seus contratos de financiamento. Identificou-se que o critério anteriormente adotado, registros mensais dos valores a pagar das fianças bancárias com respectiva contrapartida no resultado financeiro, não refletia adequadamente a exigência do CPC 48 – Instrumentos Financeiros em relação aos custos de transação. Após a aplicação de nova metodologia, os custos das fianças bancárias passaram a ser apropriados ao resultado pelo método de taxa de juros efetiva, conforme o prazo de vigência das garantias. Os ajustes foram realizados nas informações anuais e apresentados na tabela a seguir:

(a) Balanço patrimonial

1º de janeiro de 2024				
Ativo	Anteriormente apresentado	Ajustes (a)	Ajustes (b)	Saldo reapresentado
Outros	399.052	—	—	399.052
Total ativo	399.052	—	—	399.052
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	18.776	(3.626)	(10.380)	4.770
Comissões de fianças a pagar	—	3.196	—	3.196
Outros	2.120	—	—	2.120
Total Passivo Circulante	20.896	(430)	(10.380)	10.086
Empréstimos e financiamentos	169.027	(22.994)	10.380	156.413
Comissões de fianças a pagar	—	23.856	—	23.856
Outros	4.861	—	—	4.861
Total Passivo Não Circulante	173.888	862	10.380	185.130
Capital social	195.821	—	—	195.821
Reserva legal	2.573	—	—	2.573
Reserva de lucros a distribuir	5.874	(432)	—	5.442
Patrimônio líquido	204.268	(432)	—	203.836
Passivo e patrimônio líquido	399.052	—	—	399.052

TotalEnergies Maral Participações S.A.
Notas Explicativas
em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

31 de dezembro de 2024				
Ativo	Anteriormente apresentado	Ajustes (a)	Ajustes (b)	Saldo reapresentado
Outros	389.651	—	—	389.651
Total ativo	389.651	—	—	389.651
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	26.121	(3.726)	(17.442)	4.953
Comissões de fianças a pagar	—	3.190	—	3.190
Outros	10.195	—	—	10.195
Total Passivo Circulante	36.316	(536)	(17.442)	18.338
Empréstimos e financiamentos	149.484	(19.532)	17.442	147.394
Comissões de fianças a pagar	—	20.666	—	20.666
Outros	4.171	—	—	4.171
Total Passivo Não Circulante	153.655	1.134	17.442	172.231
Capital social	195.821	—	—	195.821
Reserva legal	2.573	—	—	2.573
Reserva de lucros a distribuir	1.286	(598)	—	688
Patrimônio líquido	199.680	(598)	—	199.082
Passivo e patrimônio líquido	389.651	—	—	389.651

(b) Demonstrações do resultado e resultado abrangente

31 de dezembro de 2024			
Descrição	Anteriormente apresentado	Ajustes (a)	Saldo reapresentado
Despesas financeiras	(11.711)	(598)	(12.309)
Outros	7.123	—	7.123
Prejuízo do exercício	(4.588)	(598)	(5.186)
Total do resultado abrangente	(4.588)	(598)	(5.186)

(c) Demonstração das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro de 2024			
Descrição	Anteriormente apresentado	Ajustes (a)	Saldo reapresentado
Capital social	195.821	—	195.821
Reserva legal	2.573	—	2.573
Reserva de lucros a distribuir	1.286	(598)	688
Total do patrimônio líquido	199.680	(598)	199.082

(d) Demonstração dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2024			
Descrição	Anteriormente apresentado	Ajustes (a)/ (c)	Saldo reapresentado
Prejuízo do exercício	(4.588)	(598)	(5.186)
Apropriação do custo de captação	764	598	1.362
Outros	24.308	—	24.308
Ajustes para:	20.484	—	20.484
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(11.192)	11.192	—
Outros	25.684	—	25.684
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	14.492	11.192	25.684
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(1.188)	—	(1.188)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	—	(11.192)	(11.192)
Outros	(12.642)	—	(12.642)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(12.642)	(11.192)	(23.834)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	662	—	662

- (a) Apropriação de custos de transação considerando o método de taxa de juros efetiva garantindo que o passivo e a despesa reflitam o prazo de vigência das garantias.
- (b) Reclassificação patrimonial entre curto e longo prazo. O ajuste corrige a segregação das parcelas de empréstimos e financiamentos, adequando a apresentação da liquidez da Companhia no balanço patrimonial.
- (c) Reclassificação dos juros pagos para o fluxo de atividades de financiamento, conforme mudança de política contábil detalhada na [Nota 2.14. Mudanças nas principais políticas contábeis](#).

2.7 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “impairment”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada alterem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, quando transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e sua controlada não transferem e nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, dividendos a receber e aplicações financeiras vinculadas.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas - outras contas a pagar e outras contas a pagar.

2.8 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Administração não identificou quaisquer indícios de *impairment* com relação aos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas.

2.9 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados, Consolidado)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados aos empreendimentos, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), para as unidades geradoras dos empreendimentos, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena da controlada.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com relatório de unitização do empreendimento, elaborado por consultoria especializado, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica ("MCPSE"), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Provisão para desmobilização de ativos

Referem-se, principalmente, a provisões relacionadas com obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos, quando incorridos, são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

2.10 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.11 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia e suas controladas operam e geram receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Os ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social não são registrados. Na data-base das demonstrações financeiras, a Controladora não possui diferenças temporárias.

A Companhia, optante pelo regime tributário do lucro real anual, não apresentou imposto de renda e contribuição social a pagar.

O imposto de renda das controladas foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social das controladas foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

2.13 Receita operacional (Consolidado)

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. A Companhia possui um único contrato de PPA (Power Purchase Agreement), com a CEMIG Geração e Transmissão, para venda de 100% da geração mensal efetiva da Companhia, pelo período de 20 anos.

2.14 Mudanças nas principais políticas contábeis

(a) Classificação dos juros pagos sobre financiamentos de longo prazo nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Até 31 de dezembro de 2024, a Administração classificava os juros pagos sobre financiamentos de longo prazo como atividade operacional nas demonstrações dos fluxos de caixa. A partir de 1º de janeiro de 2025, modificou-se a classificação dos respectivos juros para atividades de financiamento. Neste contexto, adotou-se esta mudança com o propósito de representar de forma fidedigna a transação no contexto destas demonstrações financeiras conforme sua natureza, uma vez que tais dívidas foram contratadas para viabilizar a construção do empreendimento (CAPEX) das controladas, e serão liquidadas no longo prazo. Como efeito, a Companhia efetuou a reclassificação dos juros pagos divulgados em 31 de dezembro de 2024, da seção de atividades operacionais para atividades de financiamentos nas demonstrações comparativas consolidadas dos fluxos de caixa, representando R\$11.192, conforme tabela abaixo:

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2024	Consolidado		
	Saldo original	Ajustes	Saldo atual
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(11.192)	11.192	—
Outros	25.684	—	25.684
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	14.492	11.192	25.684
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(1.188)	—	(1.188)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	—	(11.192)	(11.192)
Outros	(12.642)	—	(12.642)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(12.642)	(11.192)	(23.834)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	662	—	662

2.15 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Novas normas, alterações às normas contábeis e novas legislações foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. A Companhia está em processo de avaliação dos requerimentos e impactos da adoção das novas normas e alterações listadas abaixo para os próximos exercícios anuais:

- (i) Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo Internacional Sustainability Standards Board (“ISSB”) – IFRS S1 e IFRS S2. A obrigatoriedade de divulgação está prevista para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2026.
- (ii) Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras – IFRS 18, vigente para os exercícios anuais iniciados em 1º de janeiro de 2027.
- (iii) Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras – IFRS 19, vigente para os exercícios anuais iniciados em 1º de janeiro de 2027.
- (iv) Reforma tributária brasileira sobre o consumo, mudanças significativas no sistema tributário nacional, a transição começará em 2026 de forma escalonada, com implementação integral em 2033.
- (v) Em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 - Instrumentos financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações ao IFRS 7 - Instrumentos financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza, como energia eólica, energia solar, entre outras, descritos como ‘contracts referencing nature-dependent electricity’. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem principalmente: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de ‘own use’, (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026.

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao empreendimento.

A Administração mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações são autorizadas e aprovadas pela controladoria, e aplicações que não estejam previstas na política são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

A Administração da Companhia estabelece um montante mínimo de posição em caixa. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, a Administração estabelece no orçamento o caixa mínimo a ser mantido na Companhia. Todo recurso disponível deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos através do FIC Domus Ventis ("FIC Consolidador").

Com relação às contas a receber de clientes, pelo fato de a Companhia vender a energia gerada única e exclusivamente para a CEMIG, a Administração não observa exposição ao risco de crédito.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia e suas controladas não cumprirem suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. Os principais passivos financeiros contratados são os financiamentos contratados pelas controladas com o BNB, apresentados na nota 10.

A Administração monitora o nível esperado de entradas e saídas de seu fluxo de caixa, de forma a garantir suprimento adequado para a operação. Adicionalmente, os saldos das contas reserva vinculadas podem ser utilizados para cobertura temporária de caixa para o serviço da dívida.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações têm nos ganhos da Companhia e sua controlada, ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno financeiro do empreendimento. A Administração da Companhia e sua controlada não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia e suas controladas não possuíam em 31 de dezembro de 2025 e 2024 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira. Os financiamentos contratados, apresentados na nota 10, possuem riscos de mercado associados à volatilidade do IPCA.

Análise de sensibilidade

Descrição	Saldos 31/12/2025	Risco	Cenário 25%	Cenário 50%
Fundo de investimentos	47.753	Baixa do CDI	46.514	45.330
Efeito no resultado	4.629		3.390	2.206
Aplicações financeiras vinculadas	6.094	Baixa do CDI	5.897	5.710
Efeito no resultado	726		529	342
Empréstimos e financiamentos	(173.676)	Alta do IPCA	(176.329)	(178.986)
Efeito no resultado	(10.043)		(12.696)	(15.353)

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	2	13	—	—
Bancos conta movimento	10	340	2	10
Aplicações financeiras	—	46.447	—	—
Fundo de investimentos - restritos (a)	47.753	—	737	—
Total	47.765	46.800	739	10

(a) A Companhia e suas controladas possuíam aplicações alocadas em fundo de investimentos, classificados em caixa e equivalentes de caixa, e encontravam-se disponíveis para resgate a qualquer momento. Esses fundos não têm prazo determinado para o seu encerramento uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da Administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade em 31 de dezembro de 2025 foi de 13,35% a.a. (10,12% acumulado em 31 de dezembro de 2024).

5 Aplicações financeiras vinculadas (Consolidado)

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações vinculadas - Fundo de liquidez BNB	6.094	5.473
Total	6.094	5.473
Ativo não circulante	6.094	5.473

b. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	5.473	—
Rendimento de aplicações	726	4.446
Retenção de imposto de renda sobre rendimentos	(105)	—
Aplicações financeiras	—	1.027
Saldos finais	6.094	5.473

6 Contas a receber de clientes (Consolidado)

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia – terceiros	5.244	5.090
Total	5.244	5.090

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Administração considerava não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber, pois por regra estabelecida pela Câmara De Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), todos os títulos a receber são liquidados no mês subsequente ao fornecimento da energia. Adicionalmente, em análise retrospectiva, não se identifica perdas históricas, bem como expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

As controladas não apresentavam títulos vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

7 Imobilizado (Consolidado)

a. Composição do saldo

Descrição	Taxa %	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2025	31/12/2024
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	323.044	(52.854)	270.190	281.984
Equipamentos de processamento de dados	20,00%	101	(30)	71	17
Móveis e utensílios	6,25%	35	(9)	26	17
Provisão para desmobilização	2,86%	2.913	(456)	2.457	2.573
Total		326.093	(53.349)	272.744	284.591

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2024	Adições	Depreciação	31/12/2025
Máquinas e equipamentos	281.984	2.099	(13.893)	270.190
Equipamentos de processamento de dados	17	73	(19)	71
Móveis e utensílios	17	13	(3)	27
Provisão para desmobilização	2.573	—	(117)	2.456
Total	284.591	2.185	(14.032)	272.744

Descrição	31/12/2023	Adições	Depreciação	31/12/2024
Máquinas e equipamentos	297.878	63	(15.957)	281.984
Equipamentos de processamento de dados	11	10	(4)	17
Móveis e utensílios	18	1	(2)	17
Provisão para desmobilização	2.689	—	(116)	2.573
Total	300.596	74	(16.079)	284.591

8 Intangível (Consolidado)

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Ativos contratuais	11.843	12.825
Softwares	64	87
Total	11.907	12.912

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2024	Amortizações	31/12/2025
Ativos contratuais	12.825	(982)	11.843
Softwares	87	(23)	64
Total	12.912	(1.005)	11.907

Descrição	31/12/2023	Adições	Amortizações	31/12/2024
Ativos contratuais	13.315	—	(490)	12.825
Softwares	14	87	(14)	87
Total	13.329	87	(504)	12.912

9 Investimentos (Controladora)

EOL Maral I SPE S.A. (“Maral I”)

A Companhia participa em 100% do capital social na Eol Maral I SPE S.A em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, uma sociedade anônima de capital fechado, sediada no município de Areia Branca (RN), que atua na geração de energia elétrica de fonte eólica e, em razão da atividade exercida, integram o objeto social da Companhia todas as ações necessárias à estruturação, ao desenvolvimento, à implantação e à exploração do parque eólico denominado “EOL Filgueira I”, com potência instalada de 39.05 MW.

EOL Maral II SPE S.A. (“Maral II”)

A Companhia participa em 100% do capital social na Eol Maral II SPE S.A em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, uma sociedade anônima de capital fechado, sediada no município de Areia Branca (RN), que atua na geração de energia elétrica de fonte eólica e, em razão da atividade exercida, integram o objeto social da Companhia todas as ações necessárias à estruturação, ao desenvolvimento, à implantação e à exploração do parque eólico denominado “EOL Filgueira II”, com potência instalada de 28.4 MW.

Os valores dos investimentos foram apurados pelo método de equivalência patrimonial mediante a aplicação da porcentagem de participação da Companhia no capital social das investidas, sobre o valor do patrimônio líquido destas, diminuído dos resultados não realizados.

a. Composição do saldo

Controladas	31/12/2025	31/12/2024
Eol Maral I SPE S.A	88.006	93.544
Eol Maral II SPE S.A	73.994	74.186
Total	162.000	167.730

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
SalDOS em 1º de janeiro	167.730	172.695
Equivalência patrimonial	(4.946)	(4.965)
Distribuição de lucros	(784)	—
SalDOS em 31 de dezembro	162.000	167.730

c. Saldos das controladas

31/12/2025					
Investidas	% Participação na data de aquisição	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado
Eol Maral I SPE S.A	100%	195.474	107.468	88.006	(5.495)
Eol Maral II SPE S.A	100%	150.116	76.123	73.994	549
Total		345.589	183.590	162.000	(4.946)

31/12/2024					
Investidas	% Participação na data de aquisição	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado
Eol Maral I SPE S.A	100%	203.629	109.786	93.501	(3.375)
Eol Maral II SPE S.A	100%	154.626	80.140	74.229	(1.590)
Total		358.255	189.927	167.730	(4.965)

d. Ágio

Controladas	31/12/2025	31/12/2024
Eol Maral I SPE S.A	18.116	18.116
Eol Maral II SPE S.A	13.181	13.181
Total	31.297	31.297

O valor do ágio refere-se ao valor justo dos ativos (“Fair Value”) relativos às aquisições das controladas em 2019. Tal valor foi calculado baseado nos fluxos de caixa futuros das controladas que já possuíam contratos firmados de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado de Contratação (“CCEAR”). No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram identificados indicativos de impairment.

10 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

As controladas celebraram em 27 de dezembro de 2019 contratos de financiamentos com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") nos montantes de R\$ 105.411 e R\$ 76.662 para Maral I e Maral II, respectivamente, destinado à implantação do empreendimento, providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste ("FNE").

Os encargos das operações correspondem à taxa composta (i) pela variação acumulada do IPCA e (ii) pela taxa de juros prefixada de 1,3579% ao ano. O período total de pagamento dos contratos é de 236 meses com carência de 32 meses, sendo a primeira prestação liquidada em 15 de agosto de 2022 e a prestação final a vencer em 15 de janeiro de 2042.

Os contratos de financiamentos são garantidos por meio de (i) fianças bancárias para cobertura de 100% do saldo devedor dos financiamentos, que poderão ser reduzidas mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação previstas nos contratos, e (ii) garantias usuais no âmbito de financiamento de projetos, tais como, cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pelas controladas e contas reservas em fundo de liquidez.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, as controladas encontravam-se inadimplentes com os covenants estabelecidos nos contratos de financiamentos.

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
BNB	173.676	182.484
(-) Custo de captação	(26.734)	(30.137)
Total	146.942	152.347
Circulante	6.503	4.953
Não circulante	140.439	147.394

b. Movimentação da conta

	31/12/2025	31/12/2024
Saldos em 1º de janeiro	152.347	161.183
Juros incorridos	10.043	10.872
Pagamento de principal	(8.407)	(7.881)
Pagamento de juros	(10.445)	(11.192)
Apropriação do custo de captação	7.098	4.126
Custo de captação pago no exercício	(3.694)	(4.761)
Saldos em 31 de dezembro	146.942	152.347
Circulante	6.503	4.953
Não Circulante	140.439	147.394

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

Vencimento	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor	%	Valor	%
2026	—	—%	8.974	5%
2027	7.812	5%	7.812	5%
2028	8.000	5%	8.000	5%
2029	8.335	5%	8.335	5%
2030	8.751	5%	8.751	5%
2031	9.115	5%	9.115	5%
2032	9.487	6%	9.487	5%
2033	10.317	6%	10.317	6%
2034	10.747	7%	10.747	6%
2035	11.150	7%	11.150	6%
2036	11.758	7%	11.758	7%
2037	12.215	7%	12.215	7%
2038	12.878	8%	12.878	7%
2039	13.760	8%	13.760	8%
2040	14.534	9%	14.534	8%
2041	14.380	9%	14.380	8%
2042	1.197	1%	1.197	2%
Total parcelas - longo prazo	164.436	100%	173.410	100%
(-) Custo de transação - longo prazo	(23.997)		(26.016)	
Saldo total - longo prazo	140.439		147.394	

11 Comissões de fianças a pagar (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava saldo de fianças bancárias a pagar, refletindo comissões previstas e ainda não liquidadas até a data-base. Esse saldo encontrava-se segregado entre circulante e não circulante, de acordo com o vencimento esperado das obrigações, em consonância com os prazos contratuais das garantias e com o cronograma de amortização das dívidas subjacentes.

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Comissões de fianças a pagar	19.620	23.856
Total	19.620	23.856

Circulante	2.880	3.190
Não circulante	16.740	20.666

12 Provisão de desmobilização (Consolidado)

Conforme determinado em contratos com proprietários de terras, considerada a entrada em operação do empreendimento, foi provisionado pela Companhia o valor estimado para as despesas que serão incorridas pelo desmantelamento dos equipamentos e pela restauração e recuperação dos terrenos. A estimativa foi mensurada utilizando o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação, pelo período de 25 anos, usando uma taxa de desconto. A taxa de desconto utilizada para o valor presente dos fluxos de caixa é uma taxa de juros livre de risco, sendo utilizada nas controladas no momento do reconhecimento da provisão, a taxa dos títulos do governo brasileiro com vencimento em 10 anos (NTNF). As estimativas incluem desmobilização de todos os bens equipamentos de geração, medição instalados e afixados nos terrenos que sejam relacionados à Companhia.

a. Composição do saldo

Composição do saldo	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de desmobilização	4.718	4.171
Total	4.718	4.171

13 Outras contas a pagar (Consolidado)

Composição do saldo	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de ressarcimento CEMIG (a)	9.237	5.951
Apólice de seguros	—	1.085
Outras contas	409	500
Total	9.646	7.536

(a) Corresponde aos valores estimados a serem ressarcidos à Companhia Energética de Minas Gerais (“CEMIG”) pelas controladas, em função da geração de energia entregue abaixo dos níveis estabelecidos no contrato de compra e venda de energia firmado entre as partes. Os valores provisionados são calculados com base na diferença entre a energia contratada e a efetivamente entregue, considerando as penalidades e metodologias previstas em contrato.

14 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$195.820.857 (em reais) em 31 de dezembro de 2025 (R\$195.821 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 195.820.857 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Acionistas	31/12/2025			31/12/2024		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
TotalEnergies S.A.	99,99%	195.820.757	195.820.757	—%	—	—
TotalEnergies Participações Ltda	0,01%	100	100	—%	—	—
Total Eren S.A.	—%	—	—	99,99%	195.820.757	195.820.757
Eren do Brasil Participações Ltda	—%	—	—	0,01%	100	100
Total	100,00%	195.820.857	195.820.857	100,00%	195.820.857	195.820.857

Dividendos mínimos obrigatórios

Dentre as principais determinações do estatuto social, destaca-se que ao final de cada exercício será realizada distribuição de dividendos não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável.

Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia consumiu reserva legal no montante de R\$2.573.

Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2025, foi consumido o montante de reserva de lucros a distribuir na ordem de R\$688.

15 Receita líquida de vendas (Consolidado)

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia	47.673	45.986
Venda de I-RECs	—	61
PIS e Cofins sobre vendas	(1.731)	(1.709)
Outras deduções	(9.463)	(6.071)
Total	36.479	38.267

16 Custos operacionais (Consolidado)

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Custos com pessoal	(573)	(525)
Energia comprada	(8)	—
Depreciação	(14.032)	(16.079)
Gastos operacionais	(4.536)	(4.757)
Seguros	(896)	(816)
Gastos com propriedades	(691)	(799)
Gastos com manutenção	(6.399)	(6.464)
Processos Trabalhistas	(58)	—
Taxa de fiscalização - Aneel	(320)	(348)
Outros custos	(2.563)	(2.059)
Total	(30.076)	(31.847)

17 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Serviços - pessoa jurídica (a)	(1.054)	(1.838)	(54)	(183)
Tributos e contribuições	(5)	(19)	(1)	(5)
Despesas com escritórios	—	(50)	—	(17)
Despesas legais	(37)	(125)	(6)	(4)
Depreciação	—	—	(8)	—
Despesas com informática e telecomunicações	—	(63)	—	(4)
Outras despesas gerais ou administrativas	(17)	(179)	(4)	(8)
Total	(1.113)	(2.274)	(73)	(221)

(a) Do montante divulgado em 31 de dezembro de 2025, R\$ R\$768 e R\$737 referem-se a gastos com partes relacionadas, conforme divulgado na nota Nota 19 Partes relacionadas.

18 Resultado financeiro

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações	6.629	4.446	26	—
Correção Restituição de impostos	—	—	—	5
Outras receitas financeiras	33	6	1	—
Total	6.662	4.452	27	5
Despesas financeiras				
Tarifas bancárias	—	—	(2)	(1)
Juros sobre empréstimos	(10.043)	(10.873)	—	—
Juros sobre desmobilização	(547)	(483)	—	—
Apropriação do custo de captação	—	(862)	—	—
Outras despesas financeiras	(2.750)	(91)	—	(1)
Total	(13.340)	(12.309)	(2)	(2)
Resultado financeiro	(6.678)	(7.857)	25	3

19 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo	—	—	70	—
Dividendos a receber	—	—	70	—
Dividendos a receber de controladas	—	—	70	—
Passivo	40	20	40	20
Partes relacionadas - outras contas a pagar	40	20	40	20
Contas a pagar com acionistas	40	20	40	20
Resultado	(768)	(737)	—	—
Despesas gerais ou administrativas	(768)	(737)	—	—
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	(768)	(737)	—	—

- (a) As Controladas possuíam em 31 de dezembro de 2025 e 2024 saldos incorridos com a Casa dos Ventos S.A. relativos a contrato de prestação de serviços administrativos, com a finalidade de gestão dos ativos e atividades de backoffice.

Remuneração da Administração

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os Diretores não farão jus a qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

20 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Descrição	Mensuração do valor justo	Consolidado				Controladora			
		31/12/2025		31/12/2024 (Reapresentado)		31/12/2025		31/12/2024 (Reapresentado)	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa		47.765	47.765	46.800	46.800	739	739	10	10
Contas a receber de clientes		5.244	5.244	5.090	5.090	—	—	—	—
Dividendos a receber		—	—	—	—	70	70	—	—
Aplicações financeiras vinculadas		6.094	6.094	5.473	5.473	—	—	—	—
Fornecedores		(1.572)	(1.572)	(1.557)	(1.557)	—	—	(23)	(23)
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	(146.942)	(173.676)	(152.347)	(182.484)	—	—	—	—
Partes relacionadas - outras contas a pagar		(40)	(40)	(20)	(20)	(40)	(40)	(20)	(20)
Outras contas a pagar		(9.646)	(9.646)	(7.536)	(7.536)	—	—	—	—
Total		(99.097)	(125.831)	(104.097)	(134.234)	769	769	(33)	(33)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia e suas controladas não apresentavam instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros da Companhia e sua controlada são avaliados ao custo amortizado.

b. Mensuração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a técnica de valoração utilizada na mensuração do valor justo de Nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Empréstimos e financiamentos	O valor justo calculado considera: (i) o fluxo de pagamento de parcelas futuras previstas no contrato de financiamento, com juros pós fixados (ii) menos o custo de captação embutido no saldo contábil da rubrica de empréstimos e financiamentos.	Não aplicável	Não aplicável

21 Imposto de renda e contribuição social corrente (Consolidado)

a. Composição do saldo no resultado:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda corrente	(2.566)	(1.962)
Contribuição social corrente	(1.110)	(857)
Total	(3.676)	(2.819)

b. Apuração do imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia	47.673	46.047
Alíquota de presunção (IRPJ)	8%	8%
Lucro presumido	3.814	3.684
Outras receitas não operacionais	6.635	4.452
Alíquota vigente	25%	25%
Imposto de renda corrente	(2.566)	(1.962)
Alíquota de presunção (CSLL)	12%	12%
Lucro presumido	5.721	5.526
Outras receitas não operacionais	6.635	4.452
Alíquota vigente	9%	9%
Contribuição social corrente	(1.110)	(857)
Alíquota efetiva	279,1 %	119,1 %

c. Movimentação das obrigações com imposto de renda e contribuição social:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	530	653
Imposto de renda e contribuição social no exercício	3.676	2.819
Impostos pagos sobre o lucro	(2.383)	(2.256)
Compensações no exercício	(1.297)	(686)
Saldos finais	526	530

22 Contingências

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de natureza tributária, previdenciárias, trabalhistas e cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos. Contingências identificadas como perda remota não são contabilizadas, nem divulgadas; contingências identificadas como perda possível são apenas divulgadas; e contingências identificadas como perda provável são contabilizadas e divulgadas nas demonstrações financeiras. A Administração revisa suas estimativas e premissas continuamente.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a Companhia e suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliaram não existir processos classificados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: DCEBC05F-4011-497B-97C6-DD51BC45E1D3
 Assunto: Complete com a Docusign: TotalEnergies Maral Participações S.A.pdf
 LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
 Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 36
 Certificar páginas: 2
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído
 Remetente do envelope:
 Ronaldo Melo
 Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmino Dellape Baptista B32, Itai São Paulo, São Paulo 04538-132
 ronaldo.melo@pwc.com
 Endereço IP: 134.238.159.50

Rastreamento de registros

Status: Original 18 de maio de 2026 15:28	Portador: Ronaldo Melo ronaldo.melo@pwc.com	Local: DocuSign
Status: Original 18 de maio de 2026 16:44	Portador: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Local: DocuSign

Eventos do signatário

Daniel Rodrigues de Oliveira
 daniel.oliveira@pwc.com
 Partner
 PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP-Brasil
 Emissor: AC SyngularID Multipla
 Assunto: CN=DANIEL RODRIGUES DE OLIVEIRA:31574423843

Assinatura

DocuSigned by:

 C8823729214040B...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 200.182.197.164

Política de certificado:
 [1]Certificate Policy:
 Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.133
 [1,1]Policy Qualifier Info:
 Policy Qualifier Id=CPS
 Qualifier:
<http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syngularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularid-multipla.pdf>

Registro de hora e data

Enviado: 18 de maio de 2026 | 15:30
 Visualizado: 18 de maio de 2026 | 16:42
 Assinado: 18 de maio de 2026 | 16:44

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
 Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Ronaldo Melo ronaldo.melo@pwc.com Manager Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 18 de maio de 2026 16:44 Visualizado: 18 de maio de 2026 16:44 Assinado: 18 de maio de 2026 16:44
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da DocuSign		

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	18 de maio de 2026 15:30
Entrega certificada	Segurança verificada	18 de maio de 2026 16:42
Assinatura concluída	Segurança verificada	18 de maio de 2026 16:44
Concluído	Segurança verificada	18 de maio de 2026 16:44

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------